



24ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA

12 de maio de 2011 – 9h

PAUTA

Informes:

Expediente:

- I. Sugestão de inclusões na pauta.

Ordem do dia:

- I. Deliberação sobre a alteração da Resolução nº 101/CONFEMA/2010, de 29 de junho de 2010 publicada no DOC em 02/07/2010 – pág. 24 – que dispõe sobre a aplicação de recursos depositados no FEMA, por determinação da Câmara de Compensação Ambiental – CCA / SVMA nos Termos de Compensação Ambiental – TCA;
- II. Apreciação e Deliberação sobre viabilidade financeira da Implantação do Parque das Nebulosas / São Mateus - Processo nº 2011-0.083.673-6.

Anexos:

Justificativa de alteração da Resolução nº 101/CONFEMA/2010.



24ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA

Sra. Helena Magozo (Coordenadora do CONFEMA): - Boa dia a todos e todas. Estamos dando início à 24ª Reunião Ordinária do CONFEMA, no dia 10 de maio de 2011, no térreo de SVMA.

Como comunicado e enviado para os conselheiros, estaremos avaliando a revogação da Resolução CONFEMA de nº 101 /2010 que estabelecia que “ esgotadas as possibilidades de realizar a Compensação Ambiental no local do empreendimento, os Recursos depositados no FEMA, pelo empreendedor, por determinação da Câmara de Compensação Ambiental – CCA/SVMA nos Termos de Compensação Ambiental TCA, serão utilizados para AQUISIÇÃO DE TERRAS PARA IMPLANTAÇÃO DE ÁREAS VERDES em conformidade com os pressupostos do Sistema de Áreas Verdes, instituído pela Lei Municipal 13.430/2002 – Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. A justificativa para a mudança na revogação foi lhes encaminhada e será melhor detalhada e discutida, através da apresentação do Horácio, técnico do DEPLAN/SVMA e participante da Câmara de Compensação Ambiental.

Sr. Horácio Galvanese (DEPLAN/CCA): - A autorização de manejo de vegetação para implantação de empreendimento teve início em 1997 e desde então por meio do TCA – Termo de Compromisso Ambiental, o qual virou um mecanismo em que se autoriza esse manejo de vegetação, porém há que haver uma compensação. Esse processo foi se aprimorando ao longo do tempo; em 2005 foi criada a câmara de compensação ambiental, antes havia uma discricionariedade muito grande do secretário em definir qual era a compensação, pra dizer a parte do processo de aperfeiçoamento. E a gente pode presenciar desde 2005, esse aperfeiçoamento da câmara, da compensação ambiental, então ela começou com a câmara de compensação 2005, é uma câmara criada internamente da secretaria com representante das diversas diretorias da Secretaria do Verde. E, começou com... A ideia era que a gente corte e se plantasse árvores em áreas públicas, ruas, praças e etc. O tempo foi demonstrando que por uma série de problemas, e aí a gente pode citar largura de passeio, fiação, infraestrutura subterrânea, acesso de garagem, a efetividade da compensação, ela estava ficando bastante complicada, a gente não tinha como... a gente determinava e havia várias situações em que se constatava que não havia essa possibilidade por uma série de interferência. Uma passagem rápida no histórico, um pouco para explicar porque a gente chegou aqui. Posteriormente, a gente inclusive em relação a subprefeituras, a gente quis envolver as subprefeituras propondo que eles apresentassem indicação, e ficassem em locais para a gente poder fazer esse plantio. Bom, a efetividade disso, a gente não conseguiu levar adiante, então a gente passou por um segundo momento em que a compensação passou a ser obra de serviços necessários a implantação de parques, praças e parques. O primeiro foi o Sapé, a gente fez o Parque Linear do Sapé, isso coincidiu um pouco com o programa parques lineares que estava se iniciando, e a gente começou a tratar compensação de forma a viabilizar também os parques lineares a ter um programa importante na secretaria, que venha ganhando peso, e era uma forma de efetivar a compensação. Bom, a gente fez



24ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA

em vários parques feitos, e sendo feitos, então envolvia projetos, todas as fases da implantação do parque até a própria implantação do parque. Isso efetivamente assim, a câmara ela tem uma característica que é o seguinte, ela associa a tramitação da compensação ambiental, um processo de aprovação na CEAB, então para cada fase de aprovação, então o pedido de alvará de aprovação, o pedido da execução, corresponde a uma fase, compensação ambiental. E os prazos são muito longos, muitas vezes, então muitas vezes você dá um TCA, e a efetivação pode acontecer em até dois anos que é o prazo que o cidadão tem para começar a obra. Bom, isso são características que a gente foi aprendendo, e foi tentando lidar com elas. A coisa evoluiu; hoje a gente teve muitos parques implantados dessa forma, e de outra parte a gente também vem procurando desenvolver, os parques foram definidos, são cem parques, e a gente tem procurado sempre procurar áreas para a gente fazer o plantio, ou a implantação enquanto não estamos sem parques, praças e parques. Bom, de qualquer forma houve um aumento da atividade econômica e a atividade imobiliária acompanhou isso, e houve um crescimento muito grande de TCA, há um volume de compensação de TCAs, compensação ambiental muito grande hoje, e que acompanha essa evolução econômica. O que acontece é o seguinte: a gente procurou então nesse aperfeiçoamento, casar todas as compensações ambientais com os programas da prefeitura, e aproveitando essa dinâmica muito intensa da atividade econômica, e aperfeiçoando os critérios que autorizam o corte de vegetação. Então a gente começou primeiro com o plantio, a compensação devia se dar na mesma bacia hidrográfica, depois a gente está exigindo que a densidade seja mantida no... Densidade arbórea, preferencialmente que se mantenha a densidade arbórea, e além das compensações, etc. Nessa evolução, tentando casar com os programas da secretaria e também da vazão, porque é um volume muito grande, e a gente não consegue acompanhar a quantidade de entradas que tem de TCA, com o volume de possibilidade que a gente tem de utilizar os recursos, porque é isso, em tempos de casamento, tem valores enfim. A proposta que a gente fez, e aí culminou com a resolução 101 de vocês, que vocês aprovaram, o conselho aprovou, de compra diária na franja de toda área urbana da cidade, principalmente nas áreas mananciais: a sul, a norte e a leste. O que para nós foi um grande avanço, e que coloca uma condição de a gente casar com a política de aquisição diária, e de qualificação e ampliação do sistema de áreas verdes da cidade. O que a gente tem constatado é que assim, essas áreas na franja, elas são áreas grandes, normalmente, embora o valor por metro quadrado seja baixo, a quantidade de metros quadrados que normalmente uma área dessas tem, leva valores muito altos, e que a compensação não necessariamente ela vá acontecer na compra diária com recursos do TCA depositados no FEMA, vá permitir que a gente compre essas áreas, por uma questão dos tempos do TCA, então os tempos em que você reúne recursos para poder fazer a compra, e por conta do valor que essas áreas tem na cidade. O que a gente está propondo hoje, e um pouco eu vou mostrar, é assim, a gente otimizar e potencializar a compensação ambiental; a gente teve a resolução 101, e basicamente a questão que está colocada é a questão de terra, implantação de áreas protegidas, isso a ideia de manter, só que a gente está querendo ampliar, não mais apenas nas áreas



24ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA

mananciais de norte e leste da cidade de São Paulo. E aí eu vou mostrar um pouco, são quarenta slides, mas assim, não se preocupem porque é mais um pouco para mostrar que localização, como é que as coisas estão acontecendo com os parques lineares. Então assim, nesse momento nós estamos a otimizar, propor otimizar os recursos do TCA, estamos casando mais com a questão dos parques lineares particularmente no norte nós temos, que é a aquisição diária, e eu vou mostrar um pouco o porquê disso. O Programa 100 Parques, eu acho que já foi exposto aqui, a Elaine acho que expos o que é o Programa 100 Parques, um pouco aqui a gente colocou a localização dos parques dentro do programa por área da cidade, então aí na zona norte, oeste, centro-oeste, sul, e que basicamente são as áreas de... Basicamente pretendia colocar, são as áreas em que os recursos do TCA depositados do FEMA estavam sendo destinados para compras diárias. Esse daqui, só para vocês... o que a gente quer aqui na verdade, a preferência maior não era mostrar a localização dos parques, é aquilo que é mais importante para a gente no momento. Então, parques implantados, o importante é ver a localização, então na zona leste, consciência negra, zona norte... Jardim Ebulano, lá na zona sul o limite da área de preservação, na zona oeste, o SAPESC na verdade foi o primeiro parque que a gente utilizou recursos de TCA para implantar, então aí teve desde a recuperação do córrego até o projeto, e implantação do parque. Zona leste, Mongaguá, zona norte também bem no limite, e aí já é aquela faixa de transição, o canivete, bem ao sul o Parque Natural da Cratera, esse tem dentro do que está constando na resolução 101, Nascente de Aricanduva lá na zona leste, também na área que está... Resolução 101 atende. Esses daí são por conta do Rodoanel, ao sul; esse daqui é o Rio Verde que também está em implantação, é o lado ali da Estação Itaquera, ele está em obras na zona leste. Esse daqui é um entrave no meio de toda essa área equipada, é o central de Itaim, também está previsto; ainda na zona oeste o Água Podre, que também está em processo de implantação, compensação da IMURP, e aí os que estão em projeto, o Cabuçu de cima, ao norte, Ribeirão Pires, Pisco, Caulim ao sul, parte grande. Bom, isso daqui, um pouco para mostrar que nós temos localização dos 100 Parques em diversas áreas da cidade, tanto na área de preservação em que a resolução 101 atende, quanto na macro-zona urbanizada, que é área urbanizada da cidade e que a resolução 101 atenderia. Em todos, em boa parte desses parques, uma quantidade significativa, a gente tem que lidar com a desapropriação. Num primeiro momento a gente pegava somente áreas públicas, o SAPÉ foi o primeiro e era uma área junto da favela do SAPÉ, e se a gente não fizesse o parque, isso foi até uma demanda da subprefeitura, corria o risco da área ser ocupada no crescimento da favela, uma forma de impedir foi fazer o parque. Bom, o que está colocado é o seguinte: o processo de desapropriação, ele tem várias fases, então começa com o DUP – Decreto de Utilidade Pública, depois a prefeitura faz a planta desapropriatória e abre um processo administrativo de desapropriação, e nessa fase a prefeitura faz o laudo, com a planta desapropriatória faz o laudo e determina o valor da área. Se o interessado aceita, isso fica acordado aquele valor e se vai, e se comprar fecha negócio e fica comprado. Se ele não aceita, o juiz apresenta um novo laudo que tem uma diferença de preço, normalmente é para mais, a prefeitura deposita esses recursos,



24ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA

aliás, quando ela faz a proposta ela já deposita, se o juiz aceita, está resolvido; se tiver a mais, ele determina o valor e a prefeitura só se emite na posse se ela completar o valor. Então, se aquilo que ela depositou para aquilo que ela... até ela se emitir na posse, ela tem que depositar o valor complementar que é em função do laudo que o juiz determinou. E, se adiante o proprietário não aceitar e quiser o valor maior, aí isso vai... é um processo que vai adiante, e esse valor entra como precatório quando for definido. Bom, então para a prefeitura, o que está colocado para a gente, ou a gente deposita e o proprietário aceita, ou o juiz coloca faz um outro laudo e determina o valor que a gente tem que completar para a gente na próxima poder implementar o parque. O que está colocado aqui é que esses dois aqui têm DUP, tem um DUP que é só DERSA, DR, enfim, de outros órgãos, mas que tem a ver com os parques inclusive, ou os DUPS que são da secretaria, e o DEPLAN é que faz. E aqui, aqueles que já têm expropriações, e que, portanto, são aqueles que precisa complementar ou eventualmente já tem a emissão na posse, mas precisa complementar para... A gente fez também por região norte, oeste, praticamente o único que está lá aparecendo no oeste é o Água Podre; a leste e ao sul. Bom, o que tudo aquilo significa? A gente pegou todos os 100 Parques, levantamos tudo o que tem necessidade de aquisição diária, e pegamos aqueles que faltam complementação de recurso. Então, para a gente num primeiro momento, essa é a nossa proposta, é que a gente possa comprar áreas para complementar esses recursos, implantar esses parques em São Paulo, que é um programa, um dos programas prioritários da secretaria. Então, o que está em vermelho é que já tem duto, já tem... A prefeitura já fez uma parte do depósito e está faltando complementar esses recursos. Então, vários deles, alguns deles dão na área de proteção, e outros não, então vamos pegar o Rio Verde, por exemplo, ele não está naquilo, não está abrangido pela resolução 101; o Caulim está abrangido pela resolução 101, a Central do Itaim não está abrangida, Perus abrangeria, Água Podre não está. Enfim, a gente fez levantamento que essas são as prioridades que estão colocadas na perspectiva da implantação dos 100 Parques. A gente teve ontem conversando com o diretor de desastre, por outros motivos, e ele manifestou uma preocupação, ele nem sabia disso e ele falou: *"Bom, a prefeitura já fez depósito, e é muito ruim que a gente não consiga se emitir na posse"*. Nós estamos aqui tentando mostrar para vocês a importância de a gente ampliar trabalhando com critérios, então um deles seria o seguinte: complementar que os recursos estão faltando para adquirir área para implantar... Que estão colocadas aqui; essa é uma primeira questão. Então, um pouco aqui vai o resumo do porque que a gente quer alterar resolução, então é potencializar os resultados das compensações ambientais por manejo em vegetação arbórea, ou por... Traduzindo aquilo que eu falei, a gente vai aperfeiçoando, procurando potencializar e aprimorar os critérios, o aproveitamento dos recursos advindos do manejo e vegetação de compensação ambiental. Então compatibilizar a compensação ambiental com os outros programas da Secretaria do Verde, e nós estamos colocando aqui os 100 Parques, acho que tem tudo a ver; a resolução que já existe, que o CONFEMA aprovou, permite relacionar o processo com a política de aquisição de áreas da Secretaria do Verde, para implantação de parques em áreas de mananciais. Ela amplia o sistema



24ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA

de áreas verdes públicas, porque o que acontece? São áreas, são privadas, essas áreas são colocadas nessas regiões de proteção, e que já tem uma legislação de proteção. Então assim, na verdade são áreas que são verdes, e claro, elas estão suscetíveis em invasões e etc., mas de qualquer forma elas já estão lá como áreas verdes, porém ela não cria o sistema de áreas verdes, e essa é uma outra questão que a gente está colocando. A proposta que a gente está fazendo, num primeiro momento é atender os 100 Parques, continua atendendo, mas tem também uma outra questão que é a seguinte, a cidade, isso vem sendo discutido, até por conta das enchentes, período de enchentes e etc., o problema da impermeabilidade do solo. A gente andou discutindo, e a gente quer desenvolver isso, da possibilidade, por exemplo, encontrar áreas nas áreas urbanas, em regiões, por exemplo, que inundam. E claro, o valor é mais alto mas, porque inundam elas tendem a ter um valor mais baixo, uma condição até da avaliação de DESAP, da prefeitura. Então, a possibilidade conforme os recursos entram, conforme a disponibilidade de recurso casar com o valor, de eventualmente a gente começar a criar... Abrindo áreas que hoje são impermeabilizadas, entrando, desimpermeabilizando, permitindo, fazendo um processo que é de longo prazo naturalmente, de ampliação do sistema de áreas verdes do município. Então, a proposta que a gente está fazendo é de ampliara a abrangência da resolução 101, permitindo que os recursos especiais depositados no FEMA, possam ser utilizados não só para a aquisição de terras nas áreas mananciais, mas também áreas urbanas com propósito de ampliar os sistemas de áreas verdes do município. Utilizar o distrito como unidade territorial para identificação de iniciadores ambientais, esse critério a gente tem na secretaria, e adotar como critério para a escolha diária, índices ambientais como cobertura vegetal, permeabilidade, conservação da biodiversidade, precariedade urbana, temperatura, áreas de inundação e tipologias de distritos em consonância com os indicadores que é a publicação que a gente tem que está sendo localizado. Tão pouco, aqui a gente mostra, partindo para o fim, o que seria esses critérios, como é que a gente gostaria de trabalhar a compensação. Eu reafirmo que a gente num primeiro momento, procurou fazer a compensação na região onde é feito o corte, nem sempre a gente conseguiu, aí a gente partiu para trabalhar as bacias hidrográficas, nem sempre a gente consegue, e a gente está propondo que a gente crie um critério, que não seja uma coisa aleatória, e que haja critério. Então, por exemplo, impermeabilidade do solo é um; taxa de cobertura vegetal, vê que áreas que têm um déficit de cobertura vegetal, distrito... Sempre trabalhamos com distrito. Isso são proporções, cobertura vegetal com as áreas dos distritos; controle e conservação de biodiversidade, são todos os indicadores que a gente tem que estão colocados no nível de indicadores até então. Pontos de alagamento, que eu acho que a gente tem que aperfeiçoar, na verdade, esse, por exemplo, é o mapa da CT, a lógica é que a CT trabalhe com a lógica do trânsito, faz parte da natureza, a função dela é trabalhar com trânsito. A gente pretende, gostaria de ampliar isso para manchas urbanas, que manchas de inundação tem, justamente na perspectiva de eventualmente... A gente está, ser um dado a mais para a gente... Área e desimpermeabilizar. Aqui é um pouco o perfil que trata, a gente procurou fazer já alguns indicadores, então a distribuição de



24ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA

cobertura vegetal, desmatamentos, temperatura aparente, taxa de impermeabilização... Pouco do perfil do que acontece no município. Então, acho que é isso, a gente tem uma revolução, os vermelhos são piores. Um pouco é isso, acho que a questão que está colocada, a gente tem uma proposta de minuta, claro que vocês já têm pertinência ao pleito, a nossa questão... a questão que está colocada... Compensação, assim, nesse processo todo, particularmente 2005 para cá, quando a câmara se instituiu, a gente tem procurado melhorar os controles, demonstrar critérios, e dar uma resposta para aquilo que é um problema sério na cidade; quer dizer, eu acho que é assim, até uma questão que eu acho importante colocar, a gente está tratando, tem um grupo tratando do sistema de áreas verdes, os parques lineares colocaram uma questão para a gente que é o seguinte: Bom, o que é o sistema de áreas verdes? O que é um parque linear? Ele tem que ser cercado, não tem que ser cercado? Tem administração, não tem administração? Uma série de questões colocadas. E a gente está tratando do sistema de áreas verdes porque há uma revisão de plano diretor, a gente quer tratar isso. Tem uma questão central, e a gente tem alguns dados, por exemplo, da Vila Andrade, que é o mercado imobiliário que mais atuou nos últimos tempos, é que o índice de corte é muito alto, e a gente tem procurado melhorar, por exemplo, exigindo que se mantenha a densidade no lote. Porém, eu acho que evoluir nisso significa o seguinte, da mesma forma que há limite de potencial adicional de construção que o plano diretor estabelece, os estoques construtivos, acho que vai chegar um momento que a gente tem que começar a pensar o seguinte, estoque de vegetação, da mesma forma que chega numa altura de estoque você não pode construir mais, eu acho que teria que chegar um momento que assim: *“Qual é o estoque de vegetação mínimo que a gente tem que admitir, que além de tudo não se constrói mais?”*. Claro que isso não é fácil, agora a parte urbanística, ela está toda calçada na legislação que diz o que pode e o que não pode, e acho que a gente tem que evoluir para isso e inserir no plano diretor. Na revisão do plano diretor, se a gente tiver pernas, se tiver peso político para isso, a intenção da gente começar estabelecer esses critérios. Até lá, a gente está procurando otimizar a compensação ambiental da melhor forma possível, a gente tem procurado aperfeiçoar os critérios, um pouco é o que a gente está fazendo aqui, dando um passo adiante em relação a resolução 101, no sentido de otimizar os recursos advindos das compensações ambientais.

Sra. Helena Magozo (Coordenadora do CONFEMA) - Eu só queria situar essa questão da compensação ambiental, quer dizer, empreendimentos quando implicam em cortes de árvores devem atender, executar compensações, há toda uma regulamentação que define isso, empreendimentos públicos e privados, o secretário está complementando. Uma coisa importante, desde a resolução de 2010, Horácio, nós ainda não destinamos nenhum recurso do FEMA para compensação; agora que estão acontecendo os primeiros depósitos, quer dizer, ainda não houve nenhuma execução de recurso do FEMA, advindo de TCA, ainda não foram executados, de acordo com a outra resolução. Porque agora é que surgiu o momento de um depósito recente desses recursos, e coincidiu com todo esse pensar sobre os critérios de destinação. Uma outra coisa que eu queria perguntar para você: há



24ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA

um corte de árvores e a compensação deve necessariamente ter uma porcentagem maior, se reverter predominantemente na reposição de áreas verdes, em cobertura vegetal, não sei se estou falando corretamente, tecnicamente. Agora, então dentro desse critério, de possibilidade de reverter em valores para desapropriação com finalidade de criação de área verde; esta destinação tem valor de cobertura vegetal, no caso de se prever uma porcentagem da compensação para esta destinação? Fiquei em dúvida ...

Sr. Horácio Galvanese (DEPLAN/CCA): - O que tem hoje é obra de serviço necessário para a implantação de algum parque, ou alguma obra que precise da secretaria. A ideia agora é abrir para a gente poder comprar áreas para poder implantar, até 100%.

Sra. Helena Magozo (Coordenadora do CONFEMA): - Está no mesmo nível da cobertura vegetal, essa proposta?

Sr. Horácio Galvanese (DEPLAN/CCA): - O que a câmara procura fazer sempre é primeiro: Quanto tem que cortar? Então, o que dá para a gente garantir no lote, primeiro, e essa é uma avaliação técnica, e depois, o que dá para a gente garantir, pela ordem, região... Então assim, que parques têm na região, que áreas que seria interessante ocupar na região. Então assim, há um critério de prioridade que é primeiro tratar a região, então assim, como é que a gente pode, em que lugares que a gente pode plantar. Então assim, hoje em dia a gente, a questão da rua, da calçada, para a gente já está uma coisa que a gente praticamente descartou, embora a compensação da Marginal, a gente tenha conseguido trabalhar um pouco isso. Eu digo isso porque assim, é um esforço da câmara de assim, de garantir a qualidade na região. Então assim, a gente busca calçada verde, desimpermeabilização, busca plantar, busca áreas, praças, parques que tem. Muitas vezes a gente continua consultando as vezes o prefeito, embora a informação nem sempre venha redonda para a gente, mas assim, um critério que é do local do corte para fora, então aquilo que a gente não vai conseguindo cumprir internamente e a gente vai saindo, e tem circunstâncias que a gente fala: *“Bom, limite é contrária, quer dizer, ela entra dentro do...”*. A gente também tem uma quantidade muito grande de TCAs que não estão concluídos, então esse é um problema. Não estão concluídos por quê? Lá atrás, ou a gente tem problema de obras, que a obra não foi aceita, enfim, tem questões que ficaram lá de trás... Mais de dez anos. O problema do plantio coloca o seguinte, o cidadão interessado, quando foi determinado o plantio... por exemplo, ele tem seis anos que a vegetação foi lá e aí ele pode pedir o encerramento da obrigação dele. Ocorre que assim, tem depredação, tem circunstâncias em que a vegetação não pegou, aí você as vezes não consegue comprovar, que ele fala que ele plantou, ele mostra foto, tem uma série de circunstâncias que a gente tem procurado sempre aperfeiçoar. E tem casos que a gente fala o seguinte: *“Olha, não tem, não adianta”*. Vamos



24ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA

dizer assim, o cara fala assim: *“Eu já plantei”*. Você fala assim: *“Se você não consegue comprovar, faz o seguinte: ou você entrega... por exemplo, ou você vai depositar...”*, no sentido de resolver, porque senão fica um passivo que não desata. Então assim, a dificuldade de acompanhamento, porque a quantidade de TCAs vem evoluindo muito, a gente no ano passado, foram duzentos e setenta e sete TCAs, isso demanda uma capacidade de acompanhamento, de gestão muito grande, que as vezes a gente tem muita dificuldade que isso aconteça. Então assim, a gente está querendo limpar... Normalmente, quando a gente, o cara fala assim: *“Plantei, carpi...”*, você não comprovou, então esse recurso ou vai para... a gente tem trabalhado assim, ou vai entrega de vegetação de árvore no viveiro ou... Assim, tem um critério, a câmara adota um critério que é do local para fora, se a gente não consegue cumprir a possibilidade do plantio na área onde acontece o dano, o corte, a gente aí vai usando os critérios que são... Vão daí para fora.

SR. Luiz Ferrua (Conselheiro): - Realmente, essa sua última frase, que você citou agora, a respeito dos critérios, é para mim uma das coisas mais importantes. Eu pertenço a uma região que talvez tenha gerado um grande número de TCAs, e que nenhum deles, ou muito poucos deles redundou em benefício para a própria região, as TCAs foram efetuadas em regiões distantes da nossa e não redundou em nenhum benefício para nós que ficamos no prejuízo. Então, eu queria ver se estabelecia com você, em primeiro lugar, essa modificação que você inclui no 101, para mim já começa a melhorar bastante a 101. Mas, o problema meu são os critérios em que você vai definir a aplicação desses recursos na região onde é gerado o TCA. Nós, da nossa visão, não gostaríamos que os recursos gerados por ela fossem destinados, por exemplo... Gostaríamos que ficassem lá dentro. Ora, nós temos notícias que existem diversas... Passíveis de serem desapropriados, e que não estão em nenhum plano, como você falou aí... Você citou, isto é, precisa ser aprimorado, eu acho, o critério de quando fica na própria região, e quando que ele sai. Quem decide isso? Quais são os órgãos? A comunidade é envolvida, sim ou não? Os tipos de resposta...

Sr. Horácio Galvanese (DEPLAN/CCA): - Eu pessoalmente, e o secretário, todo mundo sabe que ele defende isso, a gente defende a participação da população. Agora, existem dinâmicas na atividade pública que se a gente for fazer sempre a consulta, a gente não consegue, entendeu? Você imagina 277 TCAs espalhados pela cidade, espalhados mais ou menos porque a atividade imobiliária ela se concentra em determinados locais, mas se a gente fosse consultar, eu... Houve circunstâncias, por exemplo, sociedade de amigos ou entidades organizadas, apresentaram propostas, e a gente pode executar. Acho que tem parte lá na zona leste, aquele que a sociedade... Água Podre também tem participação... Água Podre, teve participação, então a gente consegue, é interessante que se faça. Mas também é verdade que sempre que há participação da população, o processo ele é bem mais moroso, entendeu, não que isso seja ruim, não estou aqui dizendo que isso seja ruim, a gente não conseguiria fazer 277 TCA desta forma, onde ele acontece é bom que aconteça. Eu não sei



24ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA

exatamente qual é a área de vocês, tem bastante TCA, ali tem áreas bastante vegetadas, é verdade, têm situações, eu não sei, ali aquele TCA ali na Rua Porto Seguro, como é que chama, que tem problema legal, o Alto da Boa Vista que foi implantação, tem um TCA lá que foi, é o parque...

Sr. Luiz Ferrua (Conselheiro): - O grande problema é a malfadada lei das vilas. Então os terrenos que... 5.000m², hoje se transforme ali, era uma residência uni familiar, se transforma hoje em verdadeiro pardieiro e tem oito, dez, vinte, agora já está um pouquinho mais limitado, mas anteriormente essa lei que limitava o tamanho... Região, temos ainda verdadeiros cortiços lá, em que a vegetação foi completamente destruída, não sobrou nem grama, foi totalmente impermeabilizada, e a compensação ambiental não ficou no nosso bairro, ela foi lá para Guarapiranga, para algum lugar, certo, que não seja o nosso bairro. Quer dizer, nós saímos perdendo, e todos nós sabemos que é uma região ainda que propicia a existência de alguns parques no entorno. Então, eu reconheço que a presença das associações de bairros, associações de... é um problema de atraso...

Sr. Horácio Galvanese (DEPLAN/CCA):- Eu não coloco o atraso no ponto de vista negativo, assim, uma questão de...

Sr. (NÃO IDENTIFICADO): - Demora mais, demora mais. Você tem que... Embora difícil de dizer, e esses 277 que você falou... Talvez, 177...

Sr. Horácio Galvanese (DEPLAN/CCA):- Não duvido, não duvido que seja assim.

Sr. Luiz Ferrua (Conselheiro): - Ficaria mais fácil, as associações de bairro diminuiriam em termo de número, não seria 277, seria algo como... Então, o que eu defendo, o que eu proporia como desafio, é estabelecer esses critérios de uma forma não que engesse a administração, não é isso que eu quero, mas que haja uma participação dos prejudicados nessa decisão. Derrubaram, na minha rua, por exemplo, onde termina a minha rua, derrubaram pelo menos cinquenta árvores, em compensação não vai me dar cinquenta árvores, não vai me dar. Pode ser, mas eu estou dizendo, no meu bairro não.

Sr. Horácio Galvanese (DEPLAN/CCA): - É que o critério, deixa dizer que o critério alterou. Acho importante dizer o seguinte, eu vou dizer uma coisa, eu reconheço o que está falando e é verdade que lá atrás isto aconteceu. Eu acho que a nossa preocupação é justamente isso, a gente aperfeiçoou os regramentos de uma portaria que a gente trabalha com 100% de densidade. Então assim, nesse seu caso, quando houver um corte, a regra fala o seguinte, 100% de... a primeira regra, 100% de densidade.



24ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA

Sr. Luiz Ferrua (Conselheiro): - O que acontece, a verdade, o que disse o secretário também é verdade. O que aconteceu muito, as nossas construtoras não são tolas. O que elas fizeram? Sabendo que a lei iria mudar, elas entraram com uma enxurrada na lei anterior, e todos os condomínios que lá existem na região, são vigidos ainda pela lei anterior, você vai lá brigar...

Sr. Belmiro (CCA): - Na lei anterior, pela construção, mas não pelo verde. Pelas árvores eles tiveram que se adequar a novo regramento.

Sr. Luiz Ferrua (Conselheiro): - Então você veja o seguinte: temos um condomínio lá perto que ele cortou seguramente, embora o pessoal lá, eles são assim meio tortuosos, nós cortamos realmente, mas nós cortamos eucalipto, eucalipto não é árvore nativa. Dane-se, certo, na minha opinião, eucalipto é árvore, é árvore, não pode fazer uma distinção entre árvore, entre vegetação nativa e vegetação vinda do exterior. Não dá para fazer. Todas cortadas... cinquenta, e eu tenho certeza que eles colocaram... e não dá para colocar cinquenta eucaliptos lá dentro, não dá. Eu aposto que não dá, naquele terreno não, pode colocar em outro, lá não.

Sra. Helena Magozo (Coordenadora do CONFEMA) - Ferrua, acho super pertinente a discussão, eu acho que é uma questão que vem acompanhando o conselho. Está aqui o Carlos Fortner também, que é o chefe de gabinete da secretaria, que coordena a câmara de compensação. Então, são super pertinentes, mas agora eu só pediria que a gente se centrasse na proposta que até você está falando: *“Olha, eu acho que não tem a ver”*. Mas vamos, o secretário que está inscrito, só para a gente não perder o foco. Obrigada.

Secretario Eduardo Jorge (Presidente do CONFEMA): - Essa proposta da CCA, eu acho que é muito boa, e como o Horácio explicou, ela vem numa evolução de 2005 para cá. Porque tudo, precisa ver no percurso, na história. Uma reclamação que nós tivemos aqui no começo do governo, aliás, na primeira gestão, 2005, era exatamente essa que o conselheiro coloca. As compensações eram feitas em obras de pinheiros, e eram compensados na... A obra de Itaquera era compensada em Perus, não tinham critérios de prioridade na região onde o impacto tinha acontecido. Segunda colocação, isso já é uma coisa interna nossa, como o Horácio falou, um grande poder discricionário para o secretário, o secretário decidiu e pronto. Essas duas questões como é que equacionamos de 2005. Primeiro, o secretário perdeu o poder, bastante poder, a gente invitou aqui o que já existia no governo do estado com a criação do CCA que hoje o Belmiro e o Horácio falaram do CCA; mas o Carlos está coordenando, que essa comissão onde há representante de todos os departamentos da secretaria, porque você tempera uma decisão, a decisão é preparada no DEPAVE, que faz a avaliação, nossos



24ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA

adornos vão lá; e depois essa decisão técnica do DEPAVE, totalmente técnica do DEPAVE de acordo com as portarias, ainda é temperada pela opinião do DPLAN, do DCONT, dos vários apartamentos. O que dá transparência, porque todo mundo fica sabendo de tudo, é muito diferente de antigamente, portanto era o DEPAVE com o secretário e pronto, agora todo mundo da secretaria sabe muito bem, e por isso da transparência. E do ponto de vista técnico, porque você tem outras visões que não só do agrônomo e do DEPAVE. E a portaria, como aqui está sendo aperfeiçoado progressivamente em vários aspectos, nesse aspecto é muito claro, o Horácio falou, você tem que manter a vegetação no local, ninguém aqui quer trocar árvore por tijolo, por orçamento, então a prioridade é essa. É claro que tecnicamente pode haver uma outra sessão, eu me lembro um caso, por exemplo, que houve uma exceção na sua região, mas é uma exceção rara, inclusive tem que ter a minha concordância, nesse caso tem que ter a minha concordância é para abrir exceção a portaria da secretaria, eu lembro de um caso. Bom, então são duas observações iniciais, eu acho que essa proposta do Horácio, ela é coerente e vem aperfeiçoando essa filosofia de 2005 para cá. Transparência por um lado, participação inclusive quanto possível, porque a secretaria criou as chamadas apresentações públicas que não são previstas na lei, a lei prevê as audiências públicas para grandes obras. Então como a gente não tinha a possibilidade de discussão com a comunidade em algumas obras pequenas, se criou a apresentação pública que é uma coisa que segue a norma, o rito da audiência pública, mas não é uma obra obrigatória por lei. Então vários empreendimentos desse tipo foram aqui na secretaria, objeto de apresentação pública, é um novo nome, é um novo nome para poder fugir a formalidade da lei que só dava a audiência pública para alguns casos. Então a apresentação pública são obras menores, mas que são importantes para a região, com transparência e manter a compensação no mesmo local, esse tem sido a orientação, eu vejo que essa proposta, ela é coerente com isso. O Perrua, coloca uma coisa muito bem que essas coisas tem que ter critério, para criar institucionalidade, evitar decisões pessoais e tudo. O Horácio já apresentou um esboço de critério, inclusive esse mapa síntese aqui, já é um exemplo desse esboço de critério que vai orientar. Então, por exemplo, você está vendo que a região de Santo Amaro é uma das áreas, diz que investe, segundo esses critérios, teria preferência em relação as áreas de mananciais, por exemplo, o que está lá são as áreas mais escuras, Santo Amaro, acho que está como cinza ali; o distrito ali de Santo Amaro. Mas o que interessa, é que ele está tentando chegar a critérios que dê a explicação conforme você está pedindo, então isso é uma coisa importante para evitar posturas discricionárias. Agora, outras coisas importantes, por isso que eu digo a você que eu quero ver em relação a Santo Amaro, e você podia conversar com o Belmiro alguns casos, esse caso específico, por exemplo, você vai trazer para a gente, esse que você falou. Porque é claro que você na portaria, e a portaria tem sido sábia nesse ponto, os nossos agrônomos têm em relação, por exemplo, ao tipo de árvore, é claro que tem diferença. Se você vai cortar uma canela, é diferente do que cortar um pinos, é claro que é diferente. A compensação em relação ao pinos, em relação ao eucalipto, são árvores de reflorestamento, ela mantém a vegetação. Agora, se eu vou cortar uma canela, se eu vou cortar uma árvore em extinção,



24ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA

o pagamento é muito maior, mas não quer dizer que aquele princípio de manter a vegetação no local, tentar manter dentro do terreno pelo menos a vegetação que tinha, não está sendo cumprida. E agora, uma coisa muito importante que o DEPAVE conseguiu, recomendaria o pessoal visitar o Viveiro Manequinho, conversar com o Marcelo Coco, que é o nosso responsável pelo programa de arborização, e a experiência deles também tem mostrado, é que a gente está plantando árvores cada vez maiores. Antes o padrão obrigatório era DAP 3, diâmetro da altura do peito de 3cm, agora eles estão progredindo para DAP 5 e 7, que é uma árvore muito maior e praticamente um transplante que a gente faz, a sobrevivência dela é muito maior, numa cidade difícil como São Paulo, e eu achava importante vocês visitassem o viveiro e conversassem com o Marcelo, e vissem a qualidade das árvores que ele está recebendo pelos TCAs. Hoje a cidade de São Paulo, provavelmente é o local, é a instituição no Brasil que mais compra árvore no sudeste todinho, e a gente deu estabilidade ao mercado de produção de árvore, porque como a gente começou a comprar muito de 2005 para cá, porque o sujeito que é empresário nessa área, ele quer saber se quiser plantar uma árvore que leva três, quatro anos para chegar aquele porte vai ter comprador, e a gente está provando que vai ter comprador, e eles estão vendendo cada vez mais para a gente, a gente está chegando a um milhão e meio de árvores plantadas, um milhão e meio de árvores plantadas de 2005 para cá. Então, você deu estabilidade ao mercado de produção de mudas em toda essa região, até chegando na fronteira de Minas com Paraná. Veja, tudo isso é um progredir, você vai sempre aperfeiçoando, um aperfeiçoamento que foi feito, uma coisa importante que você coloca, a portaria agora está exigindo 20% de permeabilidade, antes era quinze, agora é 20% de área natural. O mercado de imobiliário e as obras públicas chiaram muito, falaram até em entrar com liminar contra a gente, mas recuaram e estão obedecendo. Então, obra pública ou privada que tem manejo de árvore, que, portanto cai aqui na secretaria, porque algumas não caem, porque não tem árvore nenhuma; então eles conseguem escapar, vamos dizer assim, ao nosso crivo, eles têm que manter agora em vez de quinze, 20% de permeabilidade, 5% a mais de terreno natural numa cidade como São Paulo, não é brincadeira, e eles estão cumprindo isso. A calçada verde, que é uma forma de você avançar no entorno das obras públicas e privadas, está saindo praticamente em todas as obras, elas passam para mim para eu assinar, essa é uma das coisas que eu olho, é o aquecimento solar, arborização e calçada verde e permeabilidade. Praticamente todas as obras estão saindo com calçada verde, pode reparar os prédios novos, obras públicas e privadas estão saindo uma calçada verde, coisa que não existia aqui. É muito importante isso, agora mesmo na Vila Mariana, aí já saindo do secretário para um depoimento pessoal, teve um plantio que foi determinado lá, com calçada verde. Foram 170 árvores, criou a maior polêmica no bairro, porque a empresa que teve que fazer, ela além de plantar árvores, dar cinco, sete, que já é uma coisa assim, aparentemente estranha porque chega aquela árvore enorme e já é plantada, já até ultrapassa os fios em alguns casos, ela quebrou a calçada. Em alguns locais não quebrou muito bem, teve que refazer, mas a polêmica foi essa: “*Vai quebrar a calçada?*”. Vai, vai quebrar a calçada. E quebrou. Só não quebrou na minha rua, foi uma discriminação contra



24ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA

mim, provavelmente. Mas o impacto foi fantástico, o combate a enchente que isso possibilita nessa micro-obra, é uma coisa fantástica, se isso fosse feita na cidade toda, e se fosse possível, porque tem lugares que a calçada é ridiculamente pequena. Então eu acho que o pessoal do CCA, baseado no pessoal do DEPAVE, que o Júlio está aí agora, eles estão indo com coerência no aperfeiçoamento da portaria. Essa aqui é também um aperfeiçoamento de coerência. Por quê? A tal 101/2010, terminava jogando as compensações para periferia, para as áreas de mananciais, sempre essa preocupação nossa de que é justo as áreas de mananciais. Agora estão dizendo o seguinte: eu quero comprar a área em todo canto, não só na Capela, no Grajaú, em Palhereiros, mas se preciso comprar no Brás, se eu precisar comprar aqui na Grande Julieta, eu vou comprar, principalmente para permeabilizar aquele local que você permeabiliza e planta também, cria área verde. Então agora eles estão dando um passo na verdade, de poder tornar mais ágil o pagamento do TCA, e poder cumprir essa filosofia de manter o retorno na região, que agora eu posso, por essa modificação, esse aperfeiçoamento da 101/10, eu posso comprar área no Centro, áreas centrais que estão fora da área abrangida pela 101. É isso que eu entendi, foi isso que eu entendi que é a proposta deles, é justamente para ir na convergência com o seu pensamento.

Sra. Helena Magozo (Coordenadora do CONFEMA): - Gilmar, por favor.

Sr. Gilmar Altamirano (Conselheiro): - Bom, concordo com o secretário, eu acompanhei a implantação do TCA de perto, então pude ver o antes e o depois do TCA, e concordo que é um aperfeiçoamento nessa questão da compensação, da harmonização da cidade. E, complementando o que o Luiz está falando, é o seguinte: às vezes, pelo distrito, você não tem muita condição de aproveitar, o distrito não permite muito o aproveitamento, é uma dificuldade. Essa questão do lote, ela ajuda isso, a calçada verde e mantendo o lote, arborização mínima, ajuda bastante porque a complexidade da evolução do próprio distrito, como a cidade se urbanizou, fica complexo você aplicar totalmente como você gostaria. Agora, eu acho que se afasta um pouco isso na medida em que o critério da bacia, porque as vezes você tem um problema montante, não adianta aquele distrito está totalmente compensado, e a montante continua poluindo a não tendo... Jogando todos os resíduos jusantes num distrito que teoricamente deveria ser compensado. Eu acho que duas condições importantes: primeiro, se pensar realmente no critério da bacia, quando possível, e o segundo ponto que eu enfatizaria, é o aperfeiçoamento do acompanhamento, que essa é uma dificuldade que nós sabemos que é muito grande, e às vezes você adotou um critério, aplicou o critério, mas o acompanhamento deixa a desejar por “N” razões que nós conhecemos, e você não sabe se aquilo está sendo cumprido ou não está sendo cumprido. Eu acho que é uma evolução que esses critérios passam a compensar... Grande, então eu acho que vale a pena a gente investir nesse caminho.



24ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA

Sra. Helena Magozo (Coordenadora do CONFEMA): - Mais um conselheiro quer se manifestar? Alguma dúvida?

Sr. Horácio Galvanese (DEPLAN/CCA):- Eu tenho uma minuta aqui.

Sra. Helena Magozo (Coordenadora do CONFEMA): - Então, eu tirei cópia da minuta, então eu vou distribuir para vocês, para vocês estarem acompanhando. Essa é a proposta de minuta que o Horácio mandou, e a gente já acompanha mais objetivamente. Horácio, pode ler, por favor.

Sr. Horácio Galvanese (DEPLAN/CCA): - Olha, essa proposta, essa minuta...

Sra. Helena Magozo (Coordenadora do CONFEMA): - Normalmente a gente aprova a resolução e depois a minuta nós fazemos. Mas aqui a gente já tem a minuta, já podemos deliberar o texto da minuta.

Sr. Horácio Galvanese (DEPLAN/CCA): - Assim, é um atrevimento nosso, mas assim, eu fiquei a vontade pelo seguinte, é exatamente o que a gente está falando, e a gente partiu... é a minuta anterior, e na verdade a gente alterou aquilo que diz respeito a aquisição. Então, o que a gente está propondo é que os recursos da compensação ambiental serão utilizados para a aquisição de terras para implantação de áreas verdes. E aí, a gente está acrescentando a inconformidade com os pressupostos do sistema de áreas verdes... Área municipal tal, plano diretor estratégico. É importante colocar isso porque o plano diretor é o regramento maior da cidade, e ele coloca lá o sistema de áreas verdes. No processo de revisão do plano diretor, que está na câmara, e não sabemos exatamente quando isso vai acontecer, mas há um grupo que está discutindo, um grupo técnico, de reordenar o sistema de áreas verdes, para inserir no plano diretor. Eu acho que o importante é colocar alguma coisa a mais, só porque eu acho que a referência nossa, a gente procura sempre tornar as coisas com base legal, porque a parte urbanística é muito bem, absolutamente estabilizado em termos jurídicos, é uma legislação antiga, todo mundo sabe exatamente o que tem, o que não tem... A legislação do meio ambiente, a gente está até aceitando coisas, não tem uma inovação constante, e a gente tem procurado sempre a perspectiva de dar base legal para isso. Então, a gente colocou essa questão do plano diretor porque lá consta, agora, a questão dos critérios são aquelas, quer dizer, sempre por critérios ambientais para definir, e também não compete a resolução, mas é uma coisa que eu acho que está colocada e a gente tem que tratar depois, é como vai ser a tramitação disso, quer dizer, acho que assim, a ideia da gente mandar para cá já com os critérios, justificando talvez uma diversidade... Olha, nós temos essa proposta diária, tem esse recurso, nossa proposta é essa.



24ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA

Sra. Helena Magozo (Coordenadora do CONFEMA): - Horácio, sempre há uma comissão de avaliação –CAV. Essa comissão de avaliação emite um parecer que chega aqui para a deliberação dos conselhos.

Sr. Horácio Galvanese (DEPLAN/CCA): - É, a gente certamente subsidiaria, certamente... Enfim, a proposta diz respeito só a que área está adquirindo, não apenas nas áreas de mananciais; norte, sul e leste; mas áreas... Para implantação de áreas verdes em municípios.

Sra. Helena Magozo (Coordenadora do CONFEMA): - Vamos para a deliberação? Os conselheiros que são então favoráveis à alteração da resolução 101 CONFEMA, para os termos propostos aqui nessa minuta de resolução, que serão utilizados para aquisição de terras para implantação de áreas verdes em conformidade com os pressupostos dos sistemas de áreas verdes, instituídos pela Lei Municipal 13.430/2002, plano diretor estratégico do município de São Paulo; os conselheiros que são favoráveis à alteração dessa resolução levantem a mão, por favor. Então está aprovada por unanimidade. Obrigada aos colegas da CCA, pela presença, ao Júlio.

Sr. Horácio Galvanese (DEPLAN/CCA): - A gente é que agradece, eu acho que assim, é um avanço, a gente está procurando sempre avançar e a gente agradece a compreensão de vocês.

Sra. Helena Magozo (Coordenadora do CONFEMA): - Muito obrigada. Então nós vamos para o segundo ponto de pauta, hoje nós estamos num *deja vu*. Então, o segundo ponto de pauta...

Sr. Luiz Ferrua (Conselheiro): - Depois vai passar esse caso específico para o Belmiro, para o Belmiro desarquivar lá.

SR. Belmiro (CCA): - ...teve meia dúzia de casos, que eu lembro da história. Tem casos que o estacionamento está 80% do terreno. Se tem estacionamento 80%, não teve como plantar. Teve? Algum caso lá atrás, não de 2005 para cá, é coisa que a lei de plantio... A lei de edificação já permitia, e que a coisa desenvolveu... Na Av. São José...

Sra. Helena Magozo (Coordenadora do CONFEMA): - Depois vocês conversam. Então depois o conselheiro procura o Belmiro, está bom? Qual o seu ramal aqui, Belmiro?

SR. BELMIRO: - 3060.



24ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA

Sra. Helena Magozo Coordenadora do CONFEMA: - 33963060. 3396-3060. Bom, obrigada então. Se vocês quiserem permanecer, fiquem à vontade. Obrigada. Então agora nós vamos para o segundo ponto de pauta, nós tivemos há duas reuniões atrás, apresentação e deliberação sobre o Parque das Nebulosas em São Mateus, a fonte da implantação do parque, são os créditos de carbono do Aterro São João. Também se vocês estão lembrados, os conselheiros que estavam presentes, naquele momento nós tivemos uma dificuldade com a finalização do orçamento da implantação. Por que? Incorporava elementos não previstos na tabela SIURB/EDIF, e quando é assim, você tem que ter três orçamentos, e há uma diretriz desse conselho, de que na medida do possível a gente deve incorporar elementos de sustentabilidade no projeto. Mas a gente explicou bem dessa dificuldade, que às vezes você precisa de três orçamentos, você conta com as empresas mandarem voluntariamente esses orçamentos, e às vezes é difícil. Então nesse caso, nós tivemos alguma dificuldade, então nós tínhamos já a presença da comunidade aqui, então a gente achou importante estar apresentando e aprovando tecnicamente, e trazer de novo a questão orçamentária do projeto, não é, Edimilson? Então, tecnicamente ele está aprovado, por conta disso que eu estou falando, e orçamentariamente ele vai ser apresentado hoje. Nós estamos com uma questão muito importante, gente, que é uma cobrança muito grande da zona leste, principalmente São Mateus, e Cidade Tiradentes, daquela região, porque os recursos dos créditos de carbono advindos do Aterro de São João devem se voltar por definição da Secretaria, do prefeito, para as Subprefeituras de São Mateus e Cidade Tiradentes. Então, é muito importante para o conselho, é muito importante para o FEMA, que a gente faça a nossa parte, no tocante à agilização dessas implantações. E no caso dessa implantação, nós temos uma outra questão que daí o secretário vai ter que entrar direto com o secretário de SIURB, é que a tabela SIURB está para ser modificada, e esse orçamento ainda é feito com a tabela atual porque ainda não saiu a nova tabela EDIF. Então, há um pleito para que se considere esta obra no rol das obras que vão ser executadas, licitadas, com a tabela atual.

Secretario Eduardo Jorge (Presidente do CONFEMA): - Posso responder, eu já falei com ele, aí cada secretaria tem que correr, a qualquer momento eles podem modificar. Só não modificaram porque existia um lote enorme de escolas, a Secretaria de Educação tem que ser aprovado, e como a educação tem prioridade absoluta, está segurando a modificação. Na hora que as escolas todas entrarem ele modifica na hora, então cada secretaria tem que correr, no nosso caso a gente tem que correr, senão nós vamos ter que mudar tudo.

Sra. Helena Magozo (Coordenadora do CONFEMA): - Nós estamos correndo bastante. Então é por isso que o Edimilson está aqui, vai apresentar....



24ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA

Sr. Edmilson Castilho (DEPAVE 1): - Bom dia a todos, gente. Como, partindo do que já foi apresentado da última vez, nós tínhamos o orçamento médio de três milhões e duzentos antes, com a previsão de chegar a três e oitocentos com os itens que não estavam ainda incluídos no orçamento geral, que eram três itens que são itens que não fazem parte da tabela EDIP, que teriam que ser criados os orçamentos... novos orçamentos, que era o piso emborrachado, a madeira plástica para uso nas passarelas, e a iluminação em LED, que é essa proposta de iluminação muito mais econômica. Foi feito então as adequações da parte de iluminação, da parte de madeira plástica, houve uma alteração de detalhe de projeto, o projeto original, ele tinha a madeira plástica sendo usada em toda parte de detalhamento da passarela, e por conta ainda dessa imprecisão e da falta de testes ainda concretos de resistência de material, foi mudado a parte estrutural da passarela, sendo incluído uma viga metálica abaixo da passarela, mas toda montagem continua sendo em madeira plástica, economizando bastante a questão de não utilizar a madeira de reflorestamento, inclusive no projeto, e aí então, chegou nesse valor que vocês estão vendo aí, de cinco milhões, trezentos e noventa e quatro, e também além desses três itens que estavam faltando naquela primeira apresentação, nós também fizemos alteração de um dos itens que é a questão do cercamento. O cercamento tinha sido previsto no projeto original de um material que é o orsometal, que é um material que ele tem uma certa especificidade na hora da fabricação, então ele não aceita por exemplo, a gente teve problemas em alguns partes... orsometal, onde o pessoal queimava colchão, ou queimava sofá, nesses gradil, no gradil, e acabava que ele não dá para fazer o reparo, você tem que fazer a substituição, porque a forma de fabricação dele é por uma pintura magnética. Então assim, por conta disso, também pela questão de resistência, durabilidade, a gente substituiu o gradil de orsometal que era de uma forma mais barato, para o gradil tipo parque... Convencional que vocês vêem inclusive no Parque Ibirapuera, e além de ser mais seguro, ele também ele é fácil de fazer uma manutenção, caso tenha um acidente e tudo mais. Então, o valor planejado inicialmente foi maior o final, foi maior do que o planejado inicialmente, por conta disso que eu estou falando para vocês, que essa questão da iluminação nova, mudança no detalhamento da passarela, estão aqui, e a instituição de um tipo de gradil para outro tipo de gradil, e esse é o valor que a gente chegou de cinco milhões, trezentos e noventa e quatro mil, oitocentos e treze reais.

Sra. Helena Magozo (Coordenadora do CONFEMA): - Chegou a trazer todo o orçamento? Há o orçamento detalhado para avaliação dos conselheiros...

Sr. Edmilson Castilho (DEPAVE 1): - A dificuldade maior foi avaliar os preços desse material que é a madeira plástica, que é feita a partir de reciclagem... Esse nome madeira plástica, na verdade não é madeira, na verdade é um elemento estrutural que é feito a partir da reciclagem de pet, de material plástico de difícil decomposição. A gente tem hoje várias empresas no mercado que produzem elementos estruturais, ou pisos, a partir desse material. No entanto, cada uma tem uma forma, uma



24ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA

especificação, e portanto uma resistência, e aí cada empresa, o projeto estrutural é diferente, então a dificuldade em orçar é porque a gente fez a partir de uma empresa que por conta... e cria alguns nichos de ar dentro do material, então você consegue ter uma peça que é mais leve, mas que estruturalmente ela consegue vencer maior vão. E aí, para orçar a gente teve que orçar na verdade por material, por peso de material, então essa na verdade foi a dificuldade, a gente teve que alterar todo o quantitativo para refazer o orçamento. Que o mercado, ele ainda não está padronizado, você tem várias empresas, mas não existe um padrão ainda, e elas tem então na verdade, brigar por um mercado ainda restrito com especificações diferentes. E o outro valor grande de diferença foi o preço do LED, que a gente ainda precisa incentivar muito o uso para ele ter uma produção maior e baixar o preço.

Sr. Luiz Ferrua (Conselheiro): - A decisão deles, esse produto aqui é fantástico, aí eu que sou curioso nunca ouvi falar disso.

Sr. Edimilson Castilho (DEPAVE 1): - É feito com plástico, pet, reciclado e me parece assim, a empresa inclusive está aí, agora às 11h00 vai fazer uma apresentação, quem tiver interessado pode subir lá no 6º andar, a Ecoblock, que é essa empresa de Belo Horizonte, se prontificou a vim fazer uma apresentação, até na linha de montagem e tudo mais, e é um material feito com garrafa pet, completamente reciclável, e também com palha de arroz e da parte de abiga, da parte da fibra, da fibra do... Então realmente é um material completamente novo, o Nebulosa é o primeiro parque que a gente está propondo, inclusive uma passarela bastante extensa, toda a parte de fundação estrutural está sendo feito logicamente em concreto, tudo mais as fundações em concreto, mas toda a parte da montagem onde se iria utilizar a madeira convencional, a gente está propondo a utilização da madeira sintética, essa madeira é completamente reciclável. Então, na verdade existe, uma das empresas mandaram... na verdade, até o item do P2 era exatamente, como colocar, fazer a composição de valor, com que tipo de serviço? Marceneiro? Então as empresas falaram que na verdade foi colocado o serviço de marceneiro convencional. Nada de uma boa tecnologia para fazer o corte. Aqui tem as certificações, e tem aqui a questão do teste de inflamabilidade. Uma das empresas mandou esses laudos, o tempo de duração quando começa a pegar fogo, tem todos os testes e o laudo de garantia, mas isso ainda a gente está reforçando para eles, a gente ter uma coisa um pouco mais concreta, os nossos orçamentos estão bem atentos a isso, para ter essas garantias, inclusive o convite dessas empresas fazer apresentação, é para ver a questão da resistência, principalmente porque o projeto ele foi desenvolvido em cima da proposta de uma das empresas que garante que esses perfis utilizados de 8cm de altura nas vigas da estrutura, são suficiente de resistência, mas a gente ainda está com muita cautela por conta de ser um produto super novo, então ainda continuando fazendo pesquisa e pedindo altos e garantias das outras empresas que mandaram o preço. Nós deletamos os laudos, e o teste de inflamabilidade de uma das empresas, as outras duas também... Na verdade o



24ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA

detalhamento... Exato, exatamente, foi o que foi dimensionado em função disso. Só que assim, ainda tem sempre aquela insegurança por conta de ser um produto que na verdade nunca foi testado... Não tem uma regulamentação, mas os orçamentos estão bem atentos para a gente conseguir ter bastante garantia e segurança para o usuário do parque.

Sra. Helena Magozo (Coordenadora do CONFEMA) - Mais alguma pergunta? Vamos para a deliberação, gente? Os conselheiros então que são favoráveis à viabilidade orçamentária de acordo com as questões que o DEPAVE 1 colocou, então os conselheiros que são favoráveis da aprovação do orçamento apresentado pelas justificativas também apresentadas, levantem a mão. Então, o Nebulosas está aprovado por unanimidade. Agora, devemos agilizar o encaminhamento para viabilizar a licitação com a tabela EDIF atual, se possível.

Sr. Edimilson Castilho (DEPAVE 1): - Está bem, Helena. Obrigado, gente.

Sra. Helena Magozo (Coordenadora do CONFEMA): - Mais algum posicionamento?

Sr. Edmilson Castilho (DEPAVE 1): - Só uma coisa, viu Helena. Então só repetindo, a partir das 11h, vai haver uma apresentação do item de sustentabilidade do projeto apresentado ao Conselho.

Sra. Helena Magozo (Coordenadora do CONFEMA): - Obrigada a todos e a todas.

Sr. Edimilson Castilho (DEPAVE 1): - Quem quiser depois saindo daqui e passar por lá e fazer alguma pergunta...



24ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA

EDUARDO JORGE MARTINS ALVES SOBRINHO

**Presidente do Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável -
CONFEMA**

CONSELHEIROS PRESENTES:

AMÉLIA TAMIKO SEGUCHI TOLEDO

JOSÉ MAESTRO DE QUEIROS

FRANCISCO JOSÉ CALHEIROS RIBEIRO FERREIRA

GINA ARMELIN PAGOTTO

GILMAR ALTAMIRANO

LUIZ FERRUA FILHO

JOSÉ EDUARDO STROPOLI

HELENA MARIA DE CAMPOS MAGOZO

Coordenadora Geral do CONFEMA

RUBENS BORGES

Secretário Executivo